

4133	INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR						
6395	GESTÃO ADMINISTRATIVA - FUNDEPAR	33901400	100	01	L	40.000,00	20000929
		33903000	100	01	L	120.000,00	20000929
		33903300	100	01	L	30.000,00	20000929
		33903900	100	01	L	50.000,00	20000929
<b>TOTAL</b>						<b>240.000,00</b>	
<b>TOTAL</b>						<b>240.000,00</b>	

**36408/2020**

# **DECRETO Nº 4556**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no inciso VIII, § 1º, do artigo 4º, da Lei Estadual nº 20.078, de 18 de dezembro de 2019, e tendo em vista o contido no protocolado nº 16.458.756-8,

## **DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, no valor de R\$ 340.761,00 (trezentos e quarenta mil, setecentos e sessenta e um reais), de acordo com o Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância, proveniente de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais, da Secretaria de Estado da Saúde, no exercício de 2019.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 29 de abril de 2020, 199º da Independência e 132º da República.

Carlos Massa Ratinho Junior  
Governador do Estado

Renê de Oliveira Garcia Junior  
Secretário de Estado da Fazenda

**36413/2020**

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I				Nº controle: 20000690	
DE DESPESA		ANEXO AO DECRETO Nº 4556					
Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
47	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE						
04760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	FUNSAUDE					
4760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNSAÚDE						
6163	GESTÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA SESA	33903900	281	95	L	340.761,00	20000940
TOTAL						340.761,00	
TOTAL						340.761,00	36412/2020

**36412/2020**

# **DECRETO Nº 4557**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no inciso VIII, § 1º, do artigo 4º, da Lei Estadual nº 20.078, de 18 de dezembro de 2019, e tendo em vista o contido no protocolado nº 16.458.154-3,

## **DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, no valor de R\$ 2.072.226,00 (dois milhões, setenta e dois mil, duzentos e vinte e seis reais), de acordo com o Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Servirão como recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior iguais importâncias, provenientes de Superávit Financeiro da fonte 127 - Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP e da fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 29 de abril de 2020, 199º da Independência e 132º da República.

Carlos Massa Ratinho Junior  
Governador do Estado

Renê de Oliveira Garcia Junior  
Secretário de Estado da Fazenda

**36409/2020**

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I				Nº controle: 20000649	
DE DESPESA		ANEXO AO DECRETO Nº 4557					
Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
65	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO						
06500	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO						
6502	DIRETORIA GERAL						
6253	GESTÃO ADMINISTRATIVA - SEAB	44905200	133	09	L	14.014,00	20000876
6257	FORTELECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	33904700	127	01	L	20.000,00	20000876
		33909200	127	01	L	1.000.000,00	20000876
		33909300	127	01	L	1.038.212,00	20000876
					TOTAL	2.072.226,00	
					TOTAL	2.072.226,00	

**36411/2020**

OF/DL/CC nº 11/2020

Curitiba, 29 de abril de 2020.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do inciso VII do art. 87, combinado com o § 1º do art. 71, ambos da Constituição Estadual, decidi vetar inte-

gralmente o Projeto de Lei nº 171/2020, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei em análise dispõe sobre a compra e venda de passagens aéreas e de passagens de ônibus intermunicipais durante os períodos de epidemia a nível estadual ou pandemia de doenças contagiosas no Estado do Paraná estabelecendo que “durante o período de epidemia a nível estadual ou pandemia a remarcação de passagens aéreas ou passagens de ônibus das linhas intermuni-

país ocorrerá sem qualquer custo ou cobrança adicional, desde que a solicitação seja realizada pelo adquirente da passagem, com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas para passagem aérea e três horas para passagens de ônibus”.

Muito embora se reconheça o intuito nobre da proposição, a qual visa proteger o consumidor que adquire passagens aéreas ou rodoviárias, tem-se que referida proposta viola competência legislativa privativa da União, eis que compete a esta legislar acerca de direito aeronáutico, nos termos dos artigos 21, inciso XII, “c” e 22, incisos I e X da Constituição Federal. Vejamos:

Art. 21. Compete à União:

(...)

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão: c) a navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

X - regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

Tem-se, portanto, que uma norma estadual não pode impor regras sobre um serviço que compete apenas à União. Ou seja, o Estado não pode estabelecer regras para um serviço privativo da União.

Ainda, cumpre indicar que, valendo-se de sua competência, dada matéria

já fora tratada pela União por meio da assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta, realizado entre a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), o Ministério Público Federal e a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacom), o qual estabeleceu regras para remarcação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas entre todas as companhias aéreas.

Ademais, impõe-se veto inclusive no tocante as passagens de ônibus intermunicipal, tendo em vista o que dispõe o art. 71, § 2º da Constituição Estadual do Paraná. O Poder Executivo tem a possibilidade de vetar texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea, não sendo, portanto, permitido o veto de palavras ou períodos.

Por consequência lógica, tendo em vista a impossibilidade de veto de palavras e expressões de forma isolada, conforme exposto, faz-se necessário o veto inclusive no que se refere às passagens de ônibus das linhas intermunicipais.

Desta feita, com o habitual respeito, decido pelo veto ao Projeto de Lei sob análise, tendo em vista a inconstitucionalidade verificada, devendo ser, na sequência, restituído à Assembleia Legislativa.

assinado digitalmente

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR  
GOVERNADOR DO ESTADO

36363/2020



Diário Oficial Certificado Digitalmente

O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, dá garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site <http://www.imprensaoficial.pr.gov.br>



# Diário OFICIAL



**Autenticação  
Digital**

## A informação oficial do estado, certificada digitalmente.

[www.imprensaoficial.pr.gov.br](http://www.imprensaoficial.pr.gov.br)

